



## **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2023**

**Processo Administrativo nº 19/2023**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIRO(A) PARA ATUAR JUNTO A ESCOLA MUNICIPAL GINA GUAGNINI, NAS MODALIDADES: OFICINA DE LIBRAS; OFICINA DE RECREAÇÃO; OFICINA DE CULTURA GAÚCHA E OFICINA DE MÚSICA.**

O MUNICÍPIO DE MUITOS CAPÕES/RS, através de sua representante legal, a Exm<sup>a</sup>. Prefeita Municipal, Sra. Rita de Cássia Campos Pereira, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por item, conforme objeto descrito na Item 1 deste Edital, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.392/2020, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, as normas estabelecidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 bem como às normas estabelecidas no presente edital e demais especificações anexas. A sessão pública do PREGÃO será realizada na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, situada na Rua Dorval Antunes Pereira, nº 950 - Centro, Muitos Capões/RS, no dia **23 de fevereiro, às 14:00 horas**, quando deverão ser entregues, diretamente ao Pregoeiro, os documentos referentes ao **(1) Credenciamento**, a **(2) Declaração Prévia de Habilitação** que atende a todos os termos do edital, **(3) Declaração de enquadramento da empresa** como ME ou EPP (se for o caso), **(4) Declaração de enquadramento no limite de receita**, no caso de cooperativas, os envelopes **(5) "A" - Proposta de Preços** e **(6) "B" - Documentos de Habilitação**, objetivando a contratação conforme descritos no Anexo I, Termo de referência.

### **1. DO OBJETO:**

**1.1. CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A CONTRATAÇÃO DE OFICINEIRO(A) PARA ATUAR JUNTO A ESCOLA MUNICIPAL GINA GUAGNINI, NAS MODALIDADES: OFICINA DE LIBRAS; OFICINA DE RECREAÇÃO; OFICINA DE CULTURA GAÚCHA E OFICINA DE MÚSICA**, conforme especificações e orientações gerais no Anexo I.

**1.2. As propostas com valor superior ao valor de referência estipulado no Anexo I, serão desclassificadas.**

### **2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:**

**2.1.** Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos,



lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como A e B, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**Nº 1**

**MUNICÍPIO DE MUITOS CAPÕES-RS  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2023  
ENVELOPE A – PROPOSTA  
PROPONENTE (NOME COMPLETO)  
FONE E EMAIL**

---

**Nº 2**

**MUNICÍPIO DE MUITOS CAPÕES-RS  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2023  
ENVELOPE B – DOCUMENTAÇÃO  
PROPONENTE (NOME COMPLETO)  
FONE E EMAIL**

### **3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:**

**3.1.** A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

**3.1.2.** A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

**3.2.** A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

**3.3.** O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

**a)** se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

**a.1)** cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

**a.2)** documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

**a.3)** inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

**a.4)** decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame,



em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

**a.5)** registro comercial, se empresa individual.

**b)** se representada por **procurador**, deverá apresentar:

**b.1)** instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

**b.2)** carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

**c) Para Pessoa Física, cópia do documento oficial de identificação com foto e Cadastro de Pessoa Física-CPF e os originais.**

**C.1:** Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

**C.2:** Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

**3.4.** Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

**3.4.1.** A procuração pública ou particular deverá conter autorização expressa para o mandatário participar dos lances, não sendo admitido termos genéricos para tanto, nem mesmo cópia não autenticada.

**3.5.** A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 à 6.18 e 7.3, deste edital, **deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.**

**3.5.1.** As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e



seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 à 6.18 e 7.3, deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima.**

#### **4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:**

**4.1.** No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes "A" - PROPOSTA e "B" - DOCUMENTAÇÃO.

**4.2.** Uma vez encerrado a fase de **credenciamento**, será solicitado pelo pregoeiro a entrega dos envelopes das propostas (A) e documentação (B) acima referidos, ocasião em que não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

**4.3.** O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão:

**a)** comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;

**b)** apresentar, ainda, **declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, (anexo IV)** conforme dispõe o preâmbulo deste edital.

#### **5. PROPOSTA DE PREÇO:**

**5.1.** A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em **60 dias**, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, "sob pena de inabilitação" e deverá conter:

**a)** razão social da empresa, no caso de pessoa física endereço completo, telefone, acompanhado do n° de CPF;

**b)** descrição completa dos serviços que serão prestados.

**c)** preço unitário líquido, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas



e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

**d) Os atestados, certidões, certificados solicitados na QUALIFICAÇÃO, devem ser anexados junto a proposta no Envelope de nº "A".**

§1º- Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

## **6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

**6.1.** Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

**6.2.** Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

**6.3.** No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

**6.4.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

**6.5.** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

**6.5.1.** Dada a palavra a licitante, esta disporá de 05 (CINCO SEGUNDOS) para apresentar nova proposta.

**6.6.** É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

**6.7.** Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item **12 deste edital.**



**6.8.** O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

**6.9.** Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

**6.10.** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

**6.11.** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

**6.12.** A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

**6.13.** Serão desclassificadas as propostas que:

**a)** não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;

**b)** forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;

**c)** afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;

**d)** contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

**§1º** - Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**6.14.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.





**6.15.** Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.5.1, deste edital.

**6.15.1.** Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

**6.16.** Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

**b)** Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea "a" deste item.

**6.17.** Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.16 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

**6.18.** O disposto nos itens 6.15 a 6.17, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

**6.19.** Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

**6.20.** A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de licitações deste Município.



**6.21.** Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

## **7. DA HABILITAÇÃO:**

**7.1.** Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE "B", os seguintes documentos:

### **7.1.1. PARA PESSOAS FÍSICAS - AUTÔNOMOS**

- a)** Documento de Registro Geral (RG);
- b)** prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- c)** Número de inscrição no PIS/PASEP;
- d)** prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- e)** **Comprovação da qualificação técnica exigida para função a ser executada de acordo com o item escolhido no anexo I.**

### **7.1.2. HABILITAÇÃO PESSOA JURÍDICA:**

- a)** registro comercial, no caso de empresa individual;
- b)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**7.1.2.1** Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.2, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto item 03 deste edital.

### **7.1.3. REGULARIDADE FISCAL:**





**a)** prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) ;

**b)** prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

**c)** prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

**d)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei.

#### **7.1.5. REGULARIDADE TRABALHISTA:**

**a)** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Constituição das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943.( esse documento obtem-se acessando o site [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br))

**7.2.** A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.5.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 7.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em **(2) dois dias úteis**, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

**7.2.1.** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**7.2.2.** Ocorrendo à situação prevista no item 7.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

**7.2.3.** O benefício de que trata o item 7.3 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

**7.2.4.** A não regularização da documentação, **no prazo fixado no item 7.2**, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.1, alínea "a", deste edital.

**7.3.** O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60(sessenta) dias, a contar da



homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

**7.4.** Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**7.5.** Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a **inabilitação** do licitante.

## **8. DA ADJUDICAÇÃO:**

**8.1.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

**8.2.** Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

**8.3.** Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

## **9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:**

**9.1.** Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

**9.2.** Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

**9.3.** A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

**9.4.** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida



dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

## **10. DOS PRAZOS**

**10.1.** Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**10.2.** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**10.3.** Os serviços a serem prestados deverão seguir as cláusulas contratuais e nos casos omissos o estipulado em edital.

**10.4.** O termo inicial do contrato será imediato à assinatura para o ano letivo 2023, podendo ser renovado por aditivo de acordo com o que preceitua a lei 8.666/93.

## **11. DO PAGAMENTO:**

**11.1.** O pagamento será efetuado contra empenho, por intermédio da tesouraria do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa na Secretaria da Educação.

**11.2.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do contrato e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite dos serviços e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**11.3.** O pagamento será efetuado mensalmente até o 5º dia útil subsequente a prestação dos serviços a contar do recebimento da fatura acompanhada do plano de trabalho, onde deverá estar descrito os serviços realizados e a carga horária, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato da secretaria da educação.

## **12. DAS PENALIDADES:**

**12.1.** Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

**a)** deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

**b)** manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*

**c)** deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a*



*Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

*d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;*

*e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato; contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*

*g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*

*h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

**12.2.** As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

**12.3.** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

### **13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**Projeto atividade: 2149** Manutenção do **ensino fundamental** - ficha 172

Natureza da despesa: 339036 Outros serviços de terceiros PF

**FR 0500**

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**14.1.** Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Muitos Capões/RS, Setor de Licitações, ou pelo fone (54)3232-5707.

**14.2.** Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, Setor de Licitações.

**14.3.** Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

**14.4.** Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de telefone.



**14.5.** Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

**14.6.** As cópias extraídas da internet dos documentos referidos nos itens 7.1.3, alíneas "A, B, C, D e E", serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.

**14.7.** A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

**14.8.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

**14.9.** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

**14.10.** Fica eleito o Foro da Comarca de Vacaria para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

15. INTEGRA O EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

15.1. Termo De Referência.

15.2. Proposta De Preços.

15.3. Minuta Procuração.

15.4. Declaração De Cumprimento Pleno Dos Requisitos De Habilitação.

15.5. Declaração De Microempresa Ou Empresa De Pequeno Porte Para USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

15.6. Declaração De Que Não Emprega Mão-De-Obra Infantil.

15.7. Minuta Do Contrato.

Muitos Capões, 8 de fevereiro de 2023.

---

**Elenise Alves Cabral Pereira**  
**Prefeita em exercício**

**ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA**

**CONTRATAÇÃO DE OFICINEIRO(A) PARA ATUAR JUNTO A ESCOLA MUNICIPAL GINA GUAGNINI, NAS MODALIDADES: OFICINA DE LIBRAS; OFICINA DE RECREAÇÃO; OFICINA DE CULTURA GAÚCHA E OFICINA DE MÚSICA.**

ITEM 1				
Oficina de <b>LIBRAS</b>	<p>a) <b>Idade:</b> 18 anos</p> <p>b) <b>Experiência:</b> com desenvolvimento de atividades de LIBRAS de no mínimo de <b>05</b> anos através de: atestado/certidão, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do instrutor, com habilidade para atuar como instrutor de LIBRAS.</p> <p>c) <b>Cursos:</b> apresentar no mínimo <b>02</b> cursos de 20h na área de LIBRAS comprovado com certificados.</p> <p>d) <b>Titulação:</b> Formação na área de LIBRAS certificado por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do instrutor, com mínimo de 100 horas.</p>	Turmas da Educação Básica na EMEF Gina Guagnini	12 horas semanais:  3 turnos	R\$ 65,00
<p><b>Objetivos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ministras atividades recreativas e lúdicas através do <b>Projeto de Libras</b> buscando desenvolver a criatividade, a sensibilidade e integração das crianças nos diferentes Campos de Experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento;</li> <li>- Garantir que as atividades desenvolvidas contemplem as normas de convivência do ambiente escolar contemplando o que está estabelecido no Regimento Escolar visando a organização, disciplina e coerência da prática com as demais ações do ambiente escolar, contribuindo para o processo de aprendizagem em todas as dependências da Instituição de Ensino;</li> <li>- Desenvolver as atividades de ludicidade com as crianças através das interações e brincadeiras, considerando os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento das atividades práticas do ensino de libras;</li> <li>- Contribuir para o processo "...de educar e cuidar como algo indissociável do processo educativo", com o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades das crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens;</li> <li>- Auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem de LIBRAS, através do trabalho com a sincronia de movimentos, aprimorando no educando a capacidade de desenvolver a comunicação na linguagem de sinais e transferir a aprendizagem nas demais áreas do conhecimento;</li> <li>- Desenvolver atividades práticas e lúdicas de LIBRAS em ambientes diversos, pátio escolar, campo de futebol, mata e demais ambientes alternativos, apresentando à criança um além da sala de aula e desenvolvendo uma boa comunicação em libras;</li> </ul>				





- Confeccionar diferentes habilidades de comunicação, desenvolvendo a criatividade e a curiosidade das crianças em torno da linguagem de Libras, utilizando materiais simples e lúdicos.

ITEM 2				
Oficina de <b>RECREAÇÃO I</b>	a) <b>Idade:</b> mínima 18 anos b) <b>Cursos:</b> apresentar cursos na área da educação, comprovado com certificados, que somem uma carga horária mínima de 200 horas. <b>Obs.:</b> Não serão aceitos cursos de línguas. c) <b>Titulação:</b> Formação mínima ensino médio concluído.	Turmas da Educação Básica da EMEF Gina Guagnini	24 horas semanais:  6 turnos	R\$ 30,00

**OBJETIVOS:**

- Ministrará atividades recreativas e lúdicas com cantigas de roda, contação de histórias e musicalização buscando desenvolver a criatividade, a sensibilidade e integração dos alunos nos diferentes Campos de Experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento;
- Garantir que as atividades desenvolvidas contemplem as normas de convivência do ambiente escolar contemplando o que está estabelecido no Regimento Escolar visando a organização, disciplina e coerência da prática com as demais ações do ambiente escolar, contribuindo para o processo de aprendizagem em todas as dependências da Instituição de Ensino;
- Desenvolver as atividades de ludicidade com os educandos através das interações e brincadeiras, considerando os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento;
- Contribuir para o processo "...de educar e cuidar como algo indissociável do processo educativo", com o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dos alunos, diversificando e consolidando novas aprendizagens;
- Auxiliar a coordenação e vice direção no desenvolvimento do trabalho no desenvolvimento educacional dos alunos;
- Acompanhar o desenvolvimento de atividades práticas e lúdicas em ambientes diversos, pátio escolar, campo de futebol, mata e demais ambientes alternativos, apresentando ao aluno um ambiente de aprendizagem além do ambiente escolar;
- Desenvolver trabalhos manuais e acompanhar alunos em atividades especiais e atendimentos de acordo com o solicitado pela direção escolar;
- Estar presente e auxiliar os alunos na confecção de diferentes brinquedos com materiais alternativos, desenvolvendo a criatividade e a curiosidade das crianças em torno do espaço e do tempo, resgatando brincadeiras antigas e valores das atividades simples e lúdicas.



ITEM 3				
Oficina de <b>RECREAÇÃO II</b>	d) <b>Idade:</b> mínima 18 anos e) <b>Cursos:</b> apresentar cursos na área da educação, comprovado com certificados, que somem uma carga horária mínima de 200 horas. <b>Obs.:</b> Não serão aceitos cursos de línguas. f) <b>Titulação:</b> Formação mínima ensino médio concluído.	Turmas da Educação Básica da EMEF Gina Guagnini	24 horas semanais:  6 turnos	R\$ 30,00
<b>OBJETIVOS:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ministrará atividades recreativas e lúdicas com cantigas de roda, contação de histórias e musicalização buscando desenvolver a criatividade, a sensibilidade e integração dos alunos nos diferentes Campos de Experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento;</li> <li>- Garantir que as atividades desenvolvidas contemplem as normas de convivência do ambiente escolar contemplando o que está estabelecido no Regimento Escolar visando a organização, disciplina e coerência da prática com as demais ações do ambiente escolar, contribuindo para o processo de aprendizagem em todas as dependências da Instituição de Ensino;</li> <li>- Desenvolver as atividades de ludicidade com os educandos através das interações e brincadeiras, considerando os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento;</li> <li>- Contribuir para o processo "...de educar e cuidar como algo indissociável do processo educativo", com o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dos alunos, diversificando e consolidando novas aprendizagens;</li> <li>- Auxiliar a coordenação e vice direção no desenvolvimento do trabalho no desenvolvimento educacional dos alunos;</li> <li>- Acompanhar o desenvolvimento de atividades práticas e lúdicas em ambientes diversos, pátio escolar, campo de futebol, mata e demais ambientes alternativos, apresentando ao aluno um ambiente de aprendizagem além do ambiente escolar;</li> <li>- Desenvolver trabalhos manuais e acompanhar alunos em atividades especiais e atendimentos de acordo com o solicitado pela direção escolar;</li> <li>- Estar presente e auxiliar os alunos na confecção de diferentes brinquedos com materiais alternativos, desenvolvendo a criatividade e a curiosidade das crianças em torno do espaço e do tempo, resgatando brincadeiras antigas e valores das atividades simples e lúdicas.</li> </ul>				

ITEM 4				
Oficina de <b>CULTURA GAÚCHA</b>	a) <b>Idade:</b> 18 anos b) <b>Experiência:</b> com desenvolvimento de atividades em CULTURA GAÚCHA (Instrutor de Invernada Artística) de no mínimo de <b>10 anos</b> através de: atestado/certidão, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do instrutor. c) <b>Cursos:</b> apresentar no mínimo <b>05</b> cursos na área de Cultura Gaúcha comprovado por entidade tradicionalista. d) <b>Titulação:</b> Formação mínima de ensino médio, com habilitação em Danças e Cultura Gaúcha, comprovado através de certificado por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do instrutor.	Turmas da Educação Básica na EMEF Gina Guagnini	8 horas semanais:  2 turnos	R\$ 65,00
<p><b>Objetivos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ministrará atividades recreativas e lúdicas através da <b>CULTURA GAÚCHA</b> buscando desenvolver a criatividade, a sensibilidade e integração das crianças nos diferentes Campos de Experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento;</li> <li>- Garantir que as atividades desenvolvidas contemplem as normas de convivência do ambiente escolar contemplando o que está estabelecido no Regimento Escolar visando a organização, disciplina e coerência da prática com as demais ações do ambiente escolar, contribuindo para o processo de aprendizagem em todas as dependências da Instituição de Ensino;</li> <li>- Desenvolver as atividades diversificadas de ludicidade com as crianças através das interações e brincadeiras, considerando os Referenciais Curriculares Regionais;</li> <li>- Apresentar as diferentes tradições gaúchas, apresentar os hábitos e costumes dos gaúchos. As lidas campeiras, a indumentária gauchesca, a gastronomia com o famoso churrasco, costelaço e carreteiro, o gosto pelo campo, pelos cavalos, gados e a terra caracterizam os gaúchos.;</li> <li>- Atuar como fio condutor, disseminar a Cultura e os costumes, por meio da oferta de conteúdos ligados à história, geografia, literatura e folclore do Rio Grande do Sul e com isso despertar, de forma lúdica e prazerosa o gosto pela tradição Gaúcha, sendo a escola fomentadora, através de atividades Pedagógicas que contemplem o resgate da nossa cultura e a nossa história.;</li> <li>- Desenvolver atividades práticas e lúdicas dentro da Cultura Gaúcha em ambientes diversos, pátio escolar, campo, mata e demais ambientes alternativos, apresentando um ambiente além da sala de aula e desenvolvendo uma boa comunicação;</li> </ul>				

ITEM 5				
Oficina de <b>MÚSICA</b>	<p>e) <b>Idade:</b> 18 anos</p> <p>f) <b>Experiência:</b> com Instrutor MÚSICA de no mínimo de <b>05 anos</b> através de: atestado/certidão, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do instrutor.</p> <p>g) <b>Cursos:</b> apresentar no mínimo <b>05</b> cursos na área de Música que comprovem conhecimento com diferentes instrumentos.</p> <p>h) <b>Titulação:</b> Formação mínima de ensino médio.</p>	Turmas da Educação Básica na EMEF Gina Guagnini	12 horas semanais:  3 turnos	R\$ 65,00
<p><b>Objetivos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ministras atividades recreativas e lúdicas, através do ensino da música, buscando desenvolver a criatividade, a sensibilidade e integração dos alunos na área das Linguagens;</li> <li>- Garantir que as atividades obedeçam às normas de convivência do ambiente escolar contemplando o que está estabelecido no Plano Disciplinar da Instituição Gina Guagnini, no Regimento Escolar visando a organização, disciplina e coerência das atividades de musicalização com as demais atividades do ambiente escolar, possibilitando o acontecimento do processo de aprendizagem em todas as dependências da Instituição de Ensino;</li> <li>- Desenvolver as atividades de ludicidade em musicalização com os educandos, garantindo que os mesmos frequentem, permaneçam na sala de atividades musicais e participem ativamente do processo educacional durante o período destinado às atividades da oficina;</li> <li>- Contribuir para a formação integral do aluno, através da valorização da cultura local, desenvolvimento do senso estético e crítico, promovendo a sociabilidade e a cooperação na confecção dos instrumentos quando se fizer necessário;</li> <li>- Auxiliar no desenvolvimento motor e auditivo, através do trabalho com a sincronia de movimentos, aprimorando no educando a capacidade de concentração favorecendo a aprendizagem nas demais áreas do conhecimento;</li> <li>- Elaborar um repertório para apresentações e divulgações das atividades escolares nas festividades municipais e demais atividades correlatas;</li> <li>- Desenvolver atividades interdisciplinares na rede escolar;</li> <li>- Despertar nos alunos o gosto variado pela música, orientando na escolha e nas apresentações escolares;</li> <li>- Elaborar, participar e orientar os alunos em diferentes apresentações escolares e municipais, auxiliando assim no desenvolvimento artístico e também desinibindo os alunos em diferentes situações de palco.</li> </ul>				

**a) O pagamento será efetuado mensalmente até o 5º dia útil subsequente a contar do recebimento do relatório do plano de trabalho, onde deverá estar**



descrito os serviços realizados e a carga horária, realizado pelo servidor e autorizado pela secretaria da educação; Os serviços deverão ser ofertados de acordo com o combinado com a direção da escola;

b) O VENCEDOR DO ÍTEM, QUANDO DO INÍCIO DAS AULAS, NÃO HAVENDO NENHUM ALUNO/PARTICIPANTE MATRICULADO, OU NÚMEROS DE ALUNOS/PARTICIPANTES INSUFICIENTES PARA FORMAR UMA TURMA, OU AINDA, FORMADA A TURMA E HAJA DESISTÊNCIA DE TODOS, O MUNICÍPIO RESERVA-SE O DIREITO DE CANCELAR AS AULAS DESSE(S) ÍTEM(NS), SEM GERAR DIREITO DE INDENIZAÇÃO AOS CONTRATADOS.

c) Somente será pago as horas efetivamente realizadas e autorizadas através da planilha de pagamento mensal.

d) O licitante poderá apresentar proposta no item, desde que comprove habilitação exigida para a especialidade.

e) O contrato terá vigência para o ano letivo. A renovação será após avaliação de desempenho realizada por superiores imediatos.

I - A avaliação para renovação contemplará os seguintes itens: a) assiduidade, b) responsabilidade, c) domínio de turma, d) desenvolvimento de conteúdo, e) disciplina, f) postura profissional.

f) Na vigência do contrato o contratado que receber 2 (duas) advertências durante o contrato, garantida a prévia defesa, por inexecução total ou parcial ficará suspenso de participar do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos do artigo 87 caput, incisos e parágrafos e artigo 88 caput e incisos da lei 8666/93.

g) As atividades/oficinas serão desenvolvidas tanto na sede quanto no interior conforme determinação da direção e necessidade do poder público.

Muitos Capões, 8 de fevereiro de 2023.

---

Elenise Alves Cabral Pereira  
Prefeita em exercício



**ANEXO II**

**PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2023  
PROPOSTA DE PREÇOS**

Empresa/Pessoa Física:  
Endereço:  
CNPJ/CPF:  
Email:  
Telefone:  
Banco, c/c n°, agência:

Declaramos que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros.

Item	Quant.	Profissional	Valor R\$ Hora/Aula
01	480horas anual	Oficina de LIBRAS	
02	960horas anual	Instrutor de recreação I	
03	960horas anual	Instrutor de recreação II	
04	320horas anual	Instrutor de cultura gaúcha	
05	480horas anual	Instrutor de música	

**OS ATESTADOS, CERTIDÕES, CERTIFICADOS SOLICITADOS NA QUALIFICAÇÃO DEVEM SER ANEXADOS JUNTO A PROPOSTA NO ENVELOPE "A".**

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal  
da empresa e/ou Pessoa Física





**ANEXO III**  
**PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2023**  
**PROCURAÇÃO**

RAZAO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO por meio de NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. NOME COMPLETO, RG, CPF outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação Pregão n° \_\_\_\_/\_\_\_\_,

Outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

CIDADE/ESTADO, DATA

\_\_\_\_\_  
(nome completo do representante legal  
E qualificação na empresa)

**OBS.: Com assinatura do Outorgante**

**ANEXO IV**  
**PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2023**  
**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA, CNPJ e/ou NOME COMPLETO DA PESSOA FÍSICA, CPF, sediada em ENDEREÇO COMERCIAL, declara, sob as penas da Lei n° 10.520 de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Muitos Capões/RS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa  
Carimbo da Empresa e/ou Pessoa Física



**ANEXO V**

**PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2023**

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE  
PARA USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR N° 123/2006**

A empresa..... estabelecida  
..... inscrita no CNPJ  
n°....., através do seu  
Representante legal  
Sr.....  
.. inscrito no CPF n°.....RG  
n°..... DECLARA, para os fins  
do disposto na Lei Complementar n°. 123/2006, sob as sanções  
administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na  
presente data, enquadra-se como:

( ) - MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006;

( ) - EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006.

( ) - COOPERATIVA, conforme disposto nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4° do artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.

---

Assinatura do representante legal da empresa e/ou  
Contador da Empresa.



**ANEXO VI**

**PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2023**

**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MÃO-DE-OBRA INFANTIL**

\_\_\_\_\_ (Nome da empresa),  
inscrita no CNPJ sob o n° \_\_\_\_\_, por intermédio de seu  
representante legal, o(a) sr(a) \_\_\_\_\_,  
portador(a) da Cédula de Identidade n° \_\_\_\_\_ e do CPF n°  
\_\_\_\_\_, DECLARA para fins do disposto no inciso V, do art. 27 da  
Lei Federal n° 8.666, de 21 de Junho de 1993, combinado com o art. 7º,  
inciso XXXIII da Constituição Federal, Emenda Constitucional n° 20 de  
15.12.98, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno,  
perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.  
Ressalva: Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de  
aprendiz.

(local e data)

\_\_\_\_\_  
(Nome da Empresa)

(Nome do Responsável Legal)



**ANEXO VII**  
**PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2023**  
**MINUTA DO CONTRATO**

Aos \_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 2023, de um lado, o Município de Muitos Capões/RS, representado pela Prefeita Municipal, Sra....., doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, situada a Rua/Av. \_\_\_\_\_, n°\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n° \_\_\_\_\_, representada por seu Diretor, Sr. \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, celebram o presente contrato vinculado ao edital de pregão presencial n° 02/2023, conforme termos de homologação e de adjudicação datados de \_\_\_\_\_, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O contrato tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE OFICINEIRO(A) PARA ATUAR JUNTO A ESCOLA MUNICIPAL GINA GUAGNINI, NAS MODALIDADES: OFICINA DE LIBRAS; OFICINA DE ESPANHOL E OFICINA DE RECREAÇÃO E ATIVIDADES LÚDICAS**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.

1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão n° 02/2023, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL E DO PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS**

2.1. Os serviços a serem prestados deverão ter início após assinatura deste instrumento, e serão realizados no Município de Muitos Capões/RS, sendo que os horários, dias da semana e local em que serão realizadas as aulas, serão definidos pela Secretaria solicitante, juntamente com o profissional declarado vencedor ao final processo licitatório.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

3.1. A CONTRATADA obriga-se a:

3.1.1. Efetuar os serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta.

3.1.2. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

3.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



**3.1.5.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**3.1.6.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**3.1.7.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**4.1.** A CONTRATANTE obriga-se a:

**4.1.1.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

**4.1.2.** Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do contrato, diligenciando nos casos que exijam providências corretivas;

**4.1.3.** Efetuar o pagamento no prazo previsto.

#### **5. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO**

**5.1.** O valor do contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (horas/aula), considerando 40 (quarenta semanas no ano letivo) multiplicado por \_\_\_\_\_ horas semanais, corresponde estimadamente à R\$ \_\_\_\_\_ (ano letivo) .  
(este item poderá ser adequado conforme o item vencido pelo contratado)

**5.1.1.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

#### **6. CLÁUSULA SÉTIMA- DA EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E AVALIAÇÃO.**

**6.1.** O termo inicial do contrato será imediato à assinatura para o ano letivo 2023 podendo ser renovado por aditivo para o exercício 2024 de acordo com os preceitos da Lei nº 8.666/93.

**6.2.** A avaliação para renovação contemplará os seguintes itens: a) assiduidade, b) responsabilidade, c) domínio de turma, d) desenvolvimento de conteúdo, e) disciplina, f) postura profissional.

**6.3.** Na vigência do contrato o contratado que receber 2 (duas) advertências durante o contrato, garantida a prévia defesa, por inexecução total ou parcial ficará suspenso de participar do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos do



artigo 87 caput, incisos e parágrafos e artigo 88 caput e incisos da lei 8666/93.

## **7. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

**7.1.** O pagamento será efetuado mensalmente até o 5º dia útil subsequente a prestação dos serviços, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

7.1.1. Pelos serviços prestados será depositado com as devidas retenções se enquadrado conforme item 7.5 (ISSQN/INSS/IRF) no Banco: \_\_\_\_\_, agência \_\_\_\_\_, c/c: \_\_\_\_\_ CNPJ/CPF nº \_\_\_\_\_

**7.2.** O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

**7.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

**7.4.** Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

**7.5.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.5.2.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**7.6.** O pagamento será efetuado contra empenho, mediante apresentação da fatura acompanhada do plano de trabalho, onde deverá estar descrito os serviços realizados e a carga horária, por intermédio da tesouraria do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa nas Secretarias Municipais da Assistência Social, Saúde e Educação.

**7.6.1.** A nota fiscal/fatura emitida pelo contratado deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do pregão e contrato, a fim de se acelerar o trâmite e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.





**7.6.2.** O pagamento será efetuado mensalmente até o 5º dia útil subsequente a prestação dos serviços, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal.

#### **8. CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE**

**8.1.** Os preços são fixos e irreajustáveis na vigência do contrato. Caso houver renovação, os valores poderão ser corrigidos pelo índice **IPCA/IBGE**, a critério do município.

#### **9. CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Projeto atividade: 2149** Manutenção do **ensino fundamental** - ficha 172  
Natureza da despesa: 339036 Outros serviços de terceiros PF  
**FR 0500**

**9.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária da Lei de meios em execução.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO**

**10.1.** A fiscalização do presente Contrato será exercida por representante da secretaria da educação, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

**10.2.** Toda irregularidade constatada, será comunicada por escrito à Contratada, via notificação administrativa, para que a mesma se manifeste, formulando sua defesa prévia e dando providência aos acontecimentos.

**10.3.** A Contratada deverá permitir ao pessoal da fiscalização, livre acesso a todas as suas operações, possibilitando o acompanhamento dos serviços.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES**

**11.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.2.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

#### **12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

**I** - deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

**II** - manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*



**III** - deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

**IV** - executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

**V** - executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 2% sobre o valor atualizado do contrato;

**VI** - inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

**VII** - inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

**VIII** - causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

**12.2.** As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

**12.3.** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**13.1.** Será rescindido o presente contrato, sem qualquer direito à indenização para a CONTRATADA, mas sendo-lhe garantida a ampla defesa e o contraditório, quando ocorrer:

**I** - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

**II** - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; comunicação à Administração;

**III** - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

**IV** - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

**V** - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993;

**VI** - a decretação de falência;

**VII**- a dissolução da sociedade;

**VIII** - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;



**IX** - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

**X** - a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1o do art. 65 da Lei nº 8.666/1993;

**XI** - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

**XII** - descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**§1º** A rescisão do presente contrato fundamentada nos incisos I a XII e XVII, poderá ser determinada unilateralmente pela CONTRATANTE, com fulcro no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993.

**§2º** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, previstos no art. 80 da Lei nº 8.666/1993, em caso de rescisão unilateral fundada em inexecução parcial ou total de cláusulas contratuais, especificações do projeto básico ou prazos.

**§3º** Este contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo, atendida a conveniência do CONTRATANTE, mediante termo próprio, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços já executados.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

**14.1.** Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto Municipal 1098, de 2013, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

**15.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

**16.1.** Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Vacaria/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Muitos Capões-RS,..... de .....2023.



---

CONTRATANTE

---

Município de Muitos Capões

---

Cíntia Barreto M. Lucchese  
Fiscal do contrato

---

Procurador

Testemunhas

---

Nome: CPF n°:

---

Nome: CPF n°: